

A CONSTITUIÇÃO DOGMÁTICA DEI VERBUM E O CONCÍLIO VATICANO II: HISTÓRIA E ATUALIDADE

THE DOGMATIC CONSTITUTION DEI VERBUM AND VATICAN II: HISTORY AND CURRENT RELEVANCE

FLÁVIO MARTINEZ DE OLIVEIRA*

Universidade Católica de Pelotas. E-mail: flavio.oliveira@ucpel.edu.br

Resumo: Situa-se a Dei Verbum em seu contexto próximo e imediato até chegar ao Vaticano II. Nos séculos XIX e XX há avanços e restrições por parte dos documentos magisteriais e na teologia nos principais aspectos abordados no Documento. A complexidade das questões abordadas e o candente debate entre os padres conciliares, com a assessoria dos mais eminentes teólogos, vêm descritos até chegar à redação definitiva. Os principais temas e as questões que permanecem abertas são enumerados e brevemente analisados. A Dei Verbum apresenta um caráter único que fermenta todo o Concílio Vaticano II. Na atualidade, a Dei Verbum vem retomada no Sínodo de 2008 e a correspondente exortação do Papa Bento XVI. Ultimamente, a Constituição Dogmática vem reproposta e situada no contexto presente nos Cadernos do Concílio em preparo ao Ano Jubilar de 2025. Cada vez mais, a Palavra está no centro da Teologia e da missão da Igreja. Nem tudo foi resolvido, mas o caminho foi largamente aberto e se afirmou na pesquisa, no ensino, na missão, na pastoral.

Palavras-chave: *Dei Verbum. Vaticano II. Verbum Domini.*

Abstract: Dei Verbum is situated in near and immediate context up to Vatican II. In the 19th and 20th centuries, there were advances and restrictions on the part of the magisterial documents and theology in the main aspects addressed in the Document. The complexity of the issues addressed and the heated debate among the Council Fathers, with the advice of the most eminent theologians, are described until the final text was reached. The main themes and questions that remain open are listed and briefly analyzed. Dei Verbum has a unique character that fermented the entire Second Vatican Council. Today, Dei Verbum has been taken up again in the Synod of 2008 and the corresponding exhortation of Pope Benedict XVI. Recently, the Dogmatic Constitution has been re-proposed and situated in the context present in the Notebooks of the Council in preparation for the Jubilee Year of 2025. Increasingly, the Word is at the center of theology and the mission of the Church. Not everything was resolved, but the path was largely opened and established in research, teaching, mission and pastoral work.

Key-words: *Dei Verbum. Vatican II. Verbum Domini.*

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Constituição *Dei Verbum* demonstra, como nenhum outro documento Concílio, o quanto árduo e rico foi o caminho até chegar sua publicação já na história que o precede. É extremamente importante a memória para situar-nos na trajetória que chega até hoje e ter consciência do quão debatida e acidentada foi. Nem tudo lá foi plenamente resolvido, e foi ela constantemente retomada até os dias de hoje, como aqui se expõe.

Deve-se acentuar que a *Dei Verbum* é o marco na passagem da Bíblia da condição marginal ao de alma do estudo da teologia e da vida cristã. Como aqui se demonstra, tal mudança foi precedida, com muito empenho e sofrimento pelo movimento bíblico, pelos grandes centros de pesquisa e estudos bíblicos, pois olhada com muita cautela, precauções e sanções pelo Magistério nos dois últimos séculos.

Não se poderia esperar um percurso mais fácil da *Dei Verbum* no próprio Concílio, ainda mais quando todo o Concílio dependia desta Constituição. Foram quatro grandes esquemas e várias redações, incluindo suspensões e relançamento das discussões e textos por João XXIII e Paulo VI.

Enquanto trata da autocomunicação de Deus, a *Dei Verbum* relaciona-se com os demais documentos e lhes lança luz. Mais que isto, é o documento fermento dos demais do Concílio, especialmente da *Lumen Gentium*. Daí, sua importância única. Diversos comentários consideram a *DV* o documento mais expressivo de todo o Concílio, além de um sinal dos tempos no ecumenismo. Na maior difusão da leitura da Bíblia, foi incisiva a recomendação do Concílio.

Adverte-se aqui que permaneceram abertas as relações entre revelação, diálogo inter-religioso e culturas, retomadas posteriormente em textos de Papas e de teólogos, com certa constância, como necessário se fez e aqui se demonstra.

Abordam-se neste texto, também os pontos controversos, o alcance e limites da Constituição. O resultado, não obstante, foi magnífico. A *Dei Verbum* vem definida como o “documento

fonte” do Concílio, a sua obra prima, o “portal de ingresso”, e o “fundamento do edifício teológico do Vaticano II”, a “carta magna teológica e pastoral de todo encontro com a Bíblia”. Nenhum documento caracteriza o espírito de João XXIII mais que a *Dei Verbum*. Alguns julgam que é o documento característico do Vaticano II.

Mas, nem tudo foi resolvido com a *Dei Verbum*. Persistem apreensões na Congregação da Doutrina da Fé e as reservas ao método histórico-crítico serão respondidas apenas 30 anos mais tarde com o documento “A interpretação da Bíblia na Igreja” da Pontifícia Comissão Bíblica.

O resultado amadurecido foi discutido no Sínodo de 2008 e assumido na Exortação Apostólica pós-sinodal *Verbum Domini*, por Bento XVI, aqui abordada em seguimento à *Dei Verbum*. A atualização da *Dei Verbum* segue incidindo até os dias de hoje nos Cadernos do Concílio em preparação ao Ano Jubilar de 2025, considerados ao final deste texto, por isso intitulado “História e atualidade”.

Este texto aborda em sequência histórica: 2. As raízes remotas e imediatas da *Dei Verbum*; 3. A fase preparatória do fatigante caminho conciliar; 4. A reviravolta pastoral do Concílio; 5. A decisiva contribuição de Paulo VI; 6. O texto definitivo. Identifica-se a seguir no ponto 7. Intenção profunda da *Dei Verbum*: primado da Palavra. O ponto 8 trata da avaliação do *Dei Verbum* em seus alcances e limites. Vai-se ao final com o ponto 9. Atualidade da *Dei Verbum* que considera a Exortação apostólica *Verbum Domini* de 2010 e os Cadernos do Concílio n. 25 de 2022 em preparação ao Jubileu 2025.

As siglas aqui utilizadas são por demais conhecidas, razão pela qual não vêm listadas em item específico.

2 RAÍZES REMOTAS E IMEDIATAS DA DEI VERBUM

As normas do Concílio de Trento a respeito da utilização da Sagrada Escritura, e, sobretudo,

sua interpretação, haviam terminado por relegar a Bíblia numa posição marginal a respeito da teologia e da práxis pastoral. O recente documento "A interpretação da Bíblia na Igreja" afirmou com franqueza que às demandas e aos problemas da época moderna "a prudência pastoral da Igreja durante muito tempo respondeu de maneira muito reticente" (Pontifícia Comissão Bíblica, 1994, p. 32).

Uma notável intensificação das intervenções magisteriais em matéria bíblica, acompanhados de pesquisas e debates, registra-se a partir da encíclica *Providentissimus Deus*.

Tais intervenções impediram a criatividade dos estudos bíblicos católicos até 1943 com a *Divino afflante Spiritu* de Pio XII, com tom sereno e encorajante que dava voz aos que eram empenhados na renovação da exegese. As reações, entretanto, foram diversas (Whiterup, 2006, p. 10-11)¹. O *Pontificio Istituto Biblico*, que se apresentava como motor da renovação, começou a atrair críticas e pontualizações. Foram suspensos exímios professores deste Instituto (Ferrati, 2005, p. 16). Ao lado dele, a *École biblique* em Jerusalém, a *Pontificia Università Gregoriana* ofereciam aos futuros biblistas um rigoroso método científico (Martina, 1999, p. 129-160; Murphy-O'Connor, 1992).

Já em 1902 era criada a Pontifícia Comissão Bíblica, organismo autônomo com o escopo de sustentar e organizar os estudos bíblicos sob a direção da Sé Apostólica, atento também em sustentar integralmente a verdade da Escritura contra "teses dos heterodoxos" (*Enchiridion biblicum*, 2012, p. 142). Igualmente lhe coube a explicação das Escrituras para utilidade dos fiéis com base numa sadia hermenêutica, com argumentos que tenham em conta a analogia da fé e a doutrina católica (*Ibid*, p. 143).

Sucederam-se as associações bíblicas em di-

versos países. Sem dúvida, o movimento bíblico desde a primeira metade do século XX foi fundamental. Igualmente importante foi a aceitação pelos protestantes do método histórico-crítico e sua influência sobre os estudiosos católicos.

No Vaticano II, em favor das novas abordagens estava o Cardeal Bea do Secretariado para a Unidade dos Cristãos com a oposição do Cardeal Ottaviani, prefeito do Santo Ofício. Com a *Sacrosanctum Concilium* requeria-se uma centralidade e renovação do papel da Escritura Sagrada na vida da Igreja (Whiterup, 2006, p. 13-14).

3 A FASE PREPARATÓRIA DO FATIGANTE CAMINHO CONCILIAR

A composição da *Dei Verbum*, desde a crítica cerrada ao texto preliminar nas sessões de novembro de 1962 até a aceitação praticamente unânime da redação definitiva na quarta e última sessão do Concílio desenhou um percurso especialmente difícil. O processo tornou-se bem mais complexo do que seus signatários poderiam jamais esperar (Whiterup, 2006, p. 15). O que se pode afirmar "era coisa lógica desde o momento que o sujeito tratado dominava num certo sentido o inteiro trabalho conciliar" (Grelot, 1996, p. 99). Foram quatro esquemas, cinco sucessivas redações e um labor às vezes agitado, mas que permitiu decantar pouco a pouco o texto final.

Não obstante algumas solicitações quanto a noção de tradição, natureza da revelação, modalidade da revelação e relação do magistério e palavra de Deus, de nenhum modo se previam as futuras aberturas da *Dei Verbum*, exceto que houve uma parte "pastoral" no tratamento da Escritura (Ferrari, 2005, p. 20). A temática era discu-

1 O autor refere que Lagrange saudou a nova Encíclica como a "Carta Magna" dos estudos bíblicos católicos. Novos comentários surgiram na Alemanha e na França, novos diálogos sobre a autoria do Pentateuco e das origens dos evangelhos. Ao lado disso, as reações adversas por parte de estudiosos católicos – bispos, leigos – se fizeram notar, com o ataque aos resultados dos estudos científicos, notadamente a validade dos métodos histórico-críticos.

tida pelos grandes centros de pesquisa e formação bíblicos: a *Pontificia Università Gregoriana*, o *Pontificio Istituto Biblico*, Faculdade de Teologia da Universidade de Lovaina (*Ibid*, p. 5).

A Comissão Teológica, presidida pelo Cardeal Ottaviani, esboçou um esquema de treze pontos que propunha posições da escola teológica romana em sintonia com o Santo Ofício (Alberigo; Melloni, 1960-1963, p. 141-146). Segundo Joseph Ratzinger, "uma canonização da escola Romana de teologia", "produto de uma mentalidade antimodernista", onde alguns professores viam os avanços dos estudos bíblicos como séria ameaça à fé (Whiterup, 2006, p. 17-190).

Entre pontos figuravam: além da Escritura também a tradição é fonte de revelação; a Escritura goza de inerrância absoluta, superados na reviravolta a seguir. Dessas proposições nasceu o *Schema constitutionis dogmaticae de fontibus revelationis*, aprovado pelo papa em 13 de julho de 1961 e logo enviado aos padres conciliares. O Cardeal Bea identificou algumas questões centrais para o diálogo ecumênico e, entre outros temas, colocou um esquema "pastoral" - *De verbo Dei* - que apresentava uma impostação completamente diversa da linha seguinte pela Comissão Teológica (Burigana, 2001, p. 37-41). Segundo tal documento, é da Escritura que se deveria partir para uma renovação da Igreja Católica e ao mesmo tempo para um diálogo ecumênico.

4 A REVIRAVOLTA PASTORAL DO CONCÍLIO

A primeira reviravolta decisiva aconteceu quando o esquema *De fontibus revelationis* foi enviado aos bispos. Dificilmente o esquema seria aprovado sem uma radical revisão. Esta envolveu eminentes e emergentes teólogos, como J. Dupont, B. Rigaux, M.-D. Chenu, Y. Congar, J. Danielou, H. Küng, K. Rahner, J. Ratzinger e O. Semmelroth, com observações críticas e propostas alternativas. Valendo-se do aporte desses peritos, alguns bispos consideravam o esque-

ma absolutamente inaceitável e aprovaram uma mudança mesmo das regras da fase anterior.

Em nível geral, alguns bispos relevaram a excessiva rigidez de estilo e conteúdo do esquema e a distância das intenções de João XXIII que queria um Concílio pastoral e não de condenação. A crítica mais radical dizia respeito às respostas oferecidas nesta fase preparatória, que deveriam ser diferentes e isto tocava o sentido do próprio Concílio. Segundo Ferrari (2005, p. 26), três textos alternativos, do Secretariado pela Unidade dos Cristãos, de Y. Congar e K. Kahner, circularam de forma privada e tiveram grande influência.

Denunciava-se a presença imotivada de um capítulo sobre a "dupla fonte" da revelação, a fórmula "inerrância", e a ignorância dos modernos estudos sobre a formação dos evangelhos. Pedia-se afirmar com vigor a centralidade da palavra de Deus na vida da Igreja e que essa é sinal de grande alegria que supera os desejos dos homens. Alertava-se a ausência de uma perspectiva ecumênica.

O elevadíssimo número de *non placet* induziu João XXIII a suspender a discussão e a enviar o esquema a uma comissão especial para uma necessária e radical revisão.

João XXIII já pronunciara na alocução *Gaudet mater Ecclesia*, de abertura do Concílio, em 11 de outubro, que uma coisa são as verdades da doutrina e outra é o modo com que vêm anunciadas (AAS, 1962, 45, p. 792.), na harmonização entre os conteúdos de sempre com elementos novos e linguagens mais coerentes com a situação histórica mudada da Igreja.

Diz-se que, ao final, nenhum documento caracteriza o espírito de João XXIII mais do que a *Dei Verbum* (Whiterup, 2006, p. 2).

5 A DECISIVA CONTRIBUIÇÃO DE PAULO VI

Entre novembro de 1962 e março de 1963 cinco subcomissões elaboraram os cinco capítulos do esquema *De divina revelazione*. Havia mais

acordos e compromissos do que uma maturação e logo foi evidente que o novo esquema não encontrava positiva acolhida. Paulo VI, o novo Papa, no discurso de fechamento da segunda sessão anunciava que o esquema seria discutido na próxima.

Ainda arcebispo de Milão, G. Montini, denunciava a falta de um desenho orgânico e apresentava o seu projeto: "o Concílio deveria ser polarizado em torno de um único tema: a Santa Igreja [...] com um pensamento em Jesus Cristo [...], princípio da Igreja, que lhe é a emanção e a contemplação". Paulo VI, propunha uma articulação tripartite entre o mistério da Igreja, a missão da Igreja, a relação da Igreja com o mundo; uma orientação "eclesiológica" e ao mesmo tempo "cristocêntrica" (Ferrari, 2005, p. 31). Tratava-se de dar fundamento ao compromisso "pastoral" da Igreja, ancorando-o sobre a figura e sobre o ensinamento de Cristo pastor.

6 O TEXTO DEFINITIVO

O processo anterior levou ao terceiro esquema, intitulado *Constituição Dogmática sobre a Revelação Divina*. Sobre a base desta nova orientação e das suas ideias-força, em 7 de maio de 1964 a Comissão Doutrinal instituiu uma sub-comissão com dois bispos e diversos peritos da maior qualidade².

Paulo VI promulgou a Constituição em 18 de novembro de 1965, apenas vinte dias antes da conclusão do Concílio. Uma exposição mais detalhada da história da elaboração de *Dei Verbum*, que ultrapassa a pretensão e os limites deste texto, tem-se em Ruiz (2012, p. 3-99)³.

O título *Dei Verbum* punha a palavra de Deus ao centro da ação pastoral da Igreja. Um expressivo número de teólogos de primeira grandeza contribuiu e influenciou no Documento. Os padres do Concílio sozinhos nunca teriam podido enfrentá-lo sem a ajuda desta assistência profissional (Razinger, 1966, p. 20-21 *apud* Whiterup, 2006, p. 30-31)⁴.

7 A INTENÇÃO PROFUNDA DA DEI VERBUM: O PRIMADO DA PALAVRA

Primeiramente, a *Dei Verbum* é o primeiro grande documento da Igreja que enfrenta o tema da Revelação. A Constituição quer observar o caráter "pessoal" e "cristológico" da revelação divina, a grande novidade do Vaticano II e marca devida a contribuição específica oferecida ao Concílio por Paulo VI.

Supera-se cada aspecto polêmico, traço dominante de Trento, que tinha diante de si o *Sola Scriptura* da Reforma, e do Vaticano I, preocupado com uma eficaz contraposição ao clima racionalista difuso.

Definitivamente, a presença repetida do termo *verbum* sugere uma unidade temática, quase um fio condutor da Constituição: palavra de Deus, palavra feita carne, palavra da Igreja. Deus em "revelação" mais ampla que a própria Bíblia (O'Collins, 1996, p. 211). e na vontade de comunicar-se com os seres humanos, com eles entrar em comunhão, em comunicação personalista (Vanhoye, 2000, p. 29-31).

2 Entre os quais Ratzinger, Rahner, De Lubac.

3 Inclui os diversos esquemas, as datas-chave, acontecimentos, comissões que intervêm na elaboração e sinopse dos esquemas.

4 Nota-se que se poderia facilmente "reconhecer a pena de Yves Congar no texto..." em algumas seções da Constituição. Outros nomes foram: Umberto Betti, Lucien Cerfaux, Bédarix Rigaux, Karl Rahner, Alois Grillmeier, Joseph Ratzinger, Otto Semmelroth, Pieter Smulders, Gérard Philips, Ernest Vogt, Alexander Kerrigan, Barnabas Ahern, Jean Danielou, Hans Küng, Marie-Dominique Chenu, Luis Alonso-Schökel.

8 AVALIAÇÃO: ALCANCE E LIMITES

Após séculos no exílio, a palavra de Deus uma vez mais ocupa o lugar central na vida da Igreja Católica (Bianchi, 1987, p. 115). A Escritura uma vez mais em seu estudo tornou-se a "alma da sagrada teologia" (DV, n. 24)

A *Dei Verbum* vem definida como o "documento fonte" do Concílio, a sua obra prima, o "portal de ingresso", e o "fundamento do edifício teológico do Vaticano II (De Lubac, 1985, p. 173). Nenhum documento caracteriza o espírito de João XXIII mais que a *Dei Verbum*. Alguns julgam que é o documento característico do Vaticano II (Witherup, 2006, p. 2.).

A Constituição Dogmática teve uma função de "fermento" sobre a reflexão conciliar no seu conjunto, segundo Alonso-Schökel (Ferrari, 2005, p. 235), o que se constata amplamente naquele que é considerado o melhor comentário da *Dei Verbum* (Alonso-Schökel, 2012).

As relações são as mais amplas imagináveis com a Igreja, com o ser humano, com a sociedade. Diversos comentários consideram a *Dei Verbum* o documento mais expressivo de todo o Concílio (Thurien, p. 6; Cullmann, 1964, p. 257).

Houve, no entanto, resistências (Latourelle, 1987, p. 18) e perplexidades dos que esperavam mais (Menozzi, 1985, p. 433-464). João Paulo II perguntava "em que medida a palavra de Deus tornou-se plenamente a alma da teologia e a inspiradora de toda a existência cristã, como queria a *Dei Verbum*" (1996, n. 36).

Sem dúvida, desde então, houve muitos progressos e ainda limites até chegar ao Sínodo de 2008.

Entre tais progressos e limites encontram-se:

1. A complexa relação entre Escritura e Tradição, agora uma fonte e duas formas de revelação, mas ainda em ampla discussão no que se refere à inspiração (Dubovský; Sonnet, 2013) e o método

histórico-crítico reafirmado pela Pontifícia Comissão Bíblica em 1994 (Pontifícia Comissão Bíblica, 1994, §1.A.1) e pela exortação apostólica pós-sinodal *Verbum Domini* (n. 32).

2. Como contribuição mais peculiar, tem-se a virada cristocêntrica da teologia (Bertuletti; Sequeri, 1979, p. 149-193).
3. A história vem reconhecida como a auto mediação fundamental da auto comunicação divina (DV, n. 12). Mas o pensamento cristão não pode fechar-se na história, nem numa "teologia da história" (De Lubac, 1975, p. 21).
4. A revelação como autocomunicação de Deus com eco nos demais documentos do Concílio (p. ex., SC 7; AG 12; GS 19; LG 48) e a transmissão da Revelação confiada à Igreja (p. ex., LG 15; 48; 50; CD 6; 12; PO 4)
5. A dimensão antropológica (DV, n. 2) é retomada por diversos documentos conciliares: "a auto comunicação" do mistério divino ao partner humano desvela também o mistério do homem (AG 8.11; GS 10; 22; 41).
6. Em liturgia, o influxo inspirador da *Dei Verbum* sobre a constituição *Sacrosanctum Concilium* é seguramente decisivo, embora a última fosse publicada no início do Concílio (4 de dezembro de 1963).
7. Não é um exagero definir como um "sinal dos tempos" a contribuição da *Dei Verbum* ao caminho ecumênico (Sartori, 1994, p. 5). Esta não se ocupou diretamente da relação revelação-religiões não cristãs nem do seu valor salvífico, mas forneceu importantes elementos a este respeito à reflexão teológica (Dupuis, 1992, p. 121-125), embora persistam as diferenças (Lotz, 1987, p. 1197-1216; Fisichella, 1998, p. 71-84).

8. O tema das culturas também não foi tomado explicitamente em consideração na *Dei Verbum*, mas, no Concílio, aparece na *Gaudium et Spes*, cujo texto mais significativo está no n. 58, que assinala as relações entre salvação e culturas, além de, pontualmente, noutros documentos (p. ex., LG 17; AG 11;15).

9 A ATUALIDADE DA DEI VERBUM

A *Dei Verbum* é atualizada e ampliada no Sínodo de 2008 e a correspondente Exortação Apostólica Pós-sinodal *Verbum Domini* de Bento XVI. Agora o foco é "A palavra de Deus na vida e na missão da Igreja". Augura o Papa que a Palavra divina se torne cada vez mais o coração de toda atividade eclesial (VD, n. 1), não apenas a "alma do estudo da teologia", como na *Dei Verbum*, embora "os padres sinodais [...] reconhecem com ânimo agradecido, os grandes benefícios que este documento trouxe à vida da Igreja em nível exegetico, teológico, espiritual, pastoral e ecumênico" (VD, n. 3). Ressalta, porém, o Pontífice que há "um Pentecostes ainda a caminho" (VD, n. 4). Também confirma a necessidade atual de um condigno aprofundamento das realidades da inspiração e verdade, conceitos-chave na hermenêutica das Escrituras (VD, n. 19) e ressalta as relações a desenvolver entre Bíblia e ecumenismo (VD, n. 46).

A terceira parte do Documento urge a missão da Igreja no anúncio da Palavra de Deus do mundo, seu compromisso com o mundo e relação com as culturas, abordagem ainda insuficiente na *Dei Verbum*. Reconhece o alcance da internet e adverte a respeito da necessidade insubstituível do encontro pessoal com a Palavra (VD, n. 113). Indo além da *Dei Verbum*, o documento ressalta o caráter profundamente intercultural e o valor da inculturação do Evangelho, que tem seu autêntico paradigma na encarnação do Verbo (VD, n. 114).

A atualidade da *Dei Verbum*, por último, vem

proposta, nos Cadernos do Concílio números 2 a 5 (Fisichella, 2023; Pitta, 2023; Cardinali, 2023) que abrem a série de 34 volumes em preparo ao Ano Jubilar de 2025. Assinala-se no Caderno 2 que se vivem tempos de um forte desejo de verdade em meio a um confuso relativismo e um permanente fluxo de *fake News* (Fisichella, 2023, p. 39). A Tradição vem acentuada como memória viva da comunidade no Caderno 3 (Fisichella, 2023, p. 9) que "nos permite, hoje, poder expressar um pensamento original, novo de projetado para o futuro" (*Ibid.*, p. 13). Sem a pretensão de esgotar a questão, o Caderno n. 4 (Pitta, 2023), vai além na abordagem da inspiração, evocando seu caráter polêmico no século passado e indo além no diálogo e abordagem da problemática, com diversos autores, teólogos, poetas e papas, na história até os tempos de hoje, privilegiando Alonso-Shökel (*Ibid.*, p. 12-14).

O Caderno 5 (Cardinali, 2023) tem como título do capítulo 1 "Um caminho ainda aberto". Na vida da Igreja, tem-se um horizonte aberto "linha na qual a terra e o céu parecem se encontrar. Esta linha é o limite de nosso campo de visão" (p. 13). O caderno, finalmente, apela ao Papa Francisco no domingo de Palavra de Deus, em 23 de janeiro de 2022, sobre o que significa ela para a Igreja e para toda a humanidade: "É o Deus-conosco que se apaixona pela nossa vida e empenha-se nela a ponto de chorar as nossas lágrimas. Não é um deus neutral e indiferente, mas o Espírito que ama o homem" (p. 49).

O caderno, porém, recorda e adverte que o Papa Bento XVI em encontro com o clero de Roma asseverava: "há ainda muito o que fazer para se chegar a uma leitura verdadeiramente no espírito do Concílio" (p. 56). Conclui-se novamente evocando o Papa Francisco na *Evangelii Gaudium* com o incentivo à *lectio divina*, na qual também adverte as tentações nesta oração com a Palavra: a falta de auto-questionamento, a diluição da mensagem do texto, escapar de decisões que pensamos demasiadamente grande. "Deus convida sempre a dar um passo a mais, mas não exige uma resposta completa se ainda não percorremos o caminho que a torna possível. Apenas que olhemos com

sinceridade a nossa vida e apresentemos sem fingimento diante de seus olhos” (p. 58). Desenvolvem-se, assim, os apelos já presentes na *Dei Verbum* e na *Verbum Domini*.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, analisando o difícil percurso histórico anterior à *Dei Verbum* e a própria Constituição, o quão importante e útil é afirmar a sua atualidade nos textos a ela relacionados mais recentes e até os dias de hoje, aqui considerados.

A complexidade das questões envolvidas e seus contextos leva a confiar que a Igreja é capaz de enfrentar e superar seus desafios, e mesmo os impasses, confiante na Palavra, não obstante seus tropeços históricos e teológicos.

Chega-se a um período de maturidade ao superar os conflitos anteriores e identificados na própria elaboração da *Dei Verbum*, os quais travaram ou retardaram a própria missão da Igreja. Importante aprender com os erros, mas também com os acertos na história, na vida eclesial e na própria teologia.

O caminho desdobrado pela *Dei Verbum* não para e está sempre sujeito a novos desafios que os diferentes contextos suscitam. Estes, que se fazem sentir até os dias de hoje, certamente não poderiam ser nem compreendidos nem corretamente enfrentados sem o recurso à memória e à análise de tal Constituição Dogmática, a qual lançou luzes a todo o Concílio Vaticano II.

O Concílio hoje vem retomado na tentativa de torná-lo sempre vivo e atual na vida e missão da Igreja, com base na Palavra de Deus, que é *Dei Verbum* e *Verbum Domini*. Nesta base segura e poderosa somos, mais do que podemos imaginar, peregrinos de esperança.

REFERÊNCIAS

ACTA APOSTOLICAE SEDIS, v. 45, p. 792, 1962.

ALBERIGO, G.; MELLONI, A. (Eds.). **Verso il Concilio Vaticano II (1960-1962)**. Passaggi e problemi della preparazione conciliare. Genova: Marietti, 1993. p. 273-343.

ALONSO SCHÖKEL. (Dir.). **Comentarios a la constitución Dei Verbum sobre la revelación**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2012.

BEA, Augustin. **The Word of God and Mankind**. Chicago: Franciscan Herald Press, 1967.

BENTO XIV. **Exortação apostólica pós-sinodal “Verbum Domini”**. 6. ed. São Paulo: Paulinas, 2016.

BERTULETTI, A.; SEQUERI, P. La rivelazione como “principio” della ragione teologica. In: FACOLTA TEOLOGICA DELL’ITALIA SETTETRIONALE. **La teologia italiana oggi**. Brescia: La Scuola; Morcelliana, 1979. p. 149-193.

BIANCHI, Enzo. The Centrality of the Word of God. In: ALBERIGO, Giuseppe; JOSSA, Jean Pierre; KOMONCHAC, Joseph A. (Ed.). **The Reception of Vatican II**. Washington: Catholic University Press, 1987.

BURIGANA, R. *Introduzione [Storica]*. In: PACOMIO, L.; BURIGANA, R., **Dei Verbum: Per il 40° anniversario del Concilio Vaticano II**. Piemonte: Casale Monferrato, 2001, p. 9-57.

CARDINALI, Marco. **A Sagrada Escritura na vida da Igreja**. Brasília: CNBB, 2023. Cadernos do Concílio 5.

CULLMANN, Oscar. La place de la Bible au Concile. **Foi et vie**, 1964, v. 63, p. 257.

DHAVAMONY, M., Religione e rivelazioni. In: FISICHELLA, R. (Ed.). **Gesù Rivelatore: Teologia fondamentale**. Casale Monferrato: Piemonte, 1988. p. 71-84.

DUBOVSKÝ, Peter; SONNET, Jean-Pierre. (Ed.). **Ogni Scrittura è ispirata: nuove prospettive sull'ispirazione biblica**. Roma: GBPress; Milano: San Paolo, 2013.

DUPUIS, Jacques. Vie divine di salvezza o espressioni dell'uomo religioso? In: VV. AA. **Cristianesimo e religioni**. Milano: Glossa, 1992.

ENCHIRIDION BIBLICUM. **Documenti della Chiesa sulla sacra Scrittura**. Bologna: EDB, 2012.

FERRATI, Pier Luigi. **La Dei Verbum**. Queriniana: Brescia, 2005.

FISICHELLA, Rino. **A revelação como palavra de Deus**. Brasília: CNBB, 2023. Cadernos do Concílio 2.

_____. **A tradição**. Brasília: CNBB, 2023. Cadernos do Concílio 3.

FISICHELLA, R. (Ed.). **Gesù Rivelatore: Teologia fondamentale**. Casale Monferrato: Piemme, 1988.

_____. (Ed.). **Il Concilio Vaticano II: Ricezione e attualità alla luce del Giubileo**. Cinisello Balsamo (Mi): San Paolo, 2000.

GRELOT, Pierre. La Constitution sur la Révélation. I. La préparation d'un schema conciliaire. **Études**, v. 1, p. 99, 1996.

JOÃO PAULO II. **Carta pastoral "Tertio Millennio Adveniente"**. São Paulo: Loyola, 1994.

LATOURELLE, René. (Ed.). **Vaticano II: Bilancio e prospettive. Venticinque anni dopo (1962-1987)**. 2 v. Assisi: Cittadela, 1987.

LOTZ, J. B., Rivelazione, religioni ed esperienza religiosa. In: LATOURELLE, René. (Ed.). **Vaticano II: Bilancio e prospettive. Venticinque anni dopo (1962-1987)**. 2 v. Assisi: Cittadela, 1987. p. 1197-1216.

MARTINA, Giacomo. A novant'anni dalla fondazione del Pontificio Istituto Biblico. In: **Arquívum Historiae Pontificiae**, n. 37, p. 129-160, 1999.

MENOZZI, D. L'Anticoncilio (1966-1984). In: ALBERIGO, G.; JOSSUA, J. **Il Vaticano II e la Chiesa**. Brescia: Paideia, 1985. p. 433-464.

MURPHY-O'CONNOR, Jerome. (Ed.). **Cent'anni di esegesi, II: Il Nuovo Testamento**. L'École Biblique di Gerusalemme. EDB: Bologna, 1992. v. 2.

O'COLLINS, Gerald. **Il Ricupero della teologia fondamentale: i tre stili della teologia contemporanea**. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1996.

PITTA, Antonio. **A inspiração**. Brasília: CNBB, 2023. Cadernos do Concílio 4.

PONTIFICIA COMISSÃO BÍBLICA. **A interpretação da Bíblia na Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1994.

RUIZ, Gregorio. Historia de la Const. "Dei Verbum". In ALONSO SCHÖKEL. (Dir.). **Comentarios a la consitución Dei Verbum sobre la fina revelación**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2012. p. 3-99.

SARTORI, L. La Bibbia nel cammino ecumenico. In: SEGALLA, G. (Ed.). **Cento anni di studi biblici (1893-1993)**. L'interpretazione della Bibbia nella Chiesa. Convegno di studio: Padova, 17-18 febbraio, 1994. *Studia Patavina*, v. 41, p. 1-186, 1994.

THURIEN, M. Un acte oecuménique du concilie: le vote de Constitution dogmatique sur la révélation. **Verbum caro**, v. 19, p. 6, 1965.

VANHOYE, A. La Parola di Dio nella vita della Chiesa. La ricezione della Dei Verbum. In: FISICHELLA, Rino. (Ed.). **Il Concilio Vaticano II: Ricezione e attualità alla luce del Giubileo**. Cinisello Balsamo (Mi): San Paolo, 2000.

WITHERUP, Ronald. D. **Scripture: Dei Verbum.** Mahwah: Paulist Press, 1986.

VV. AA., **Cristianesimo e religioni.** Milano: Glossa, 1992.